

Política 06/10/2015 | 17h18 Atualizada em 06/10/2015 | 18h21

Por divergências na base de Sartori, projeto que reduz RPVs tem votação adiada

Líder do governo na Assembleia, Alexandre Postal (PMDB) decidiu recuar e pedir a retirada de quórum para evitar derrota na Assembleia

Compartilhar



Frederico Antunes (à direita) apresentou emenda para evitar que pagamentos de precatórios preferenciais sofram redução

Foto: Adriana Franciosi / Agência RBS



Juliana Bublitz
juliana.bublitz@zerohora.com.br

O projeto de lei do Poder Executivo que reduz o limite de pagamentos das RPVs (como são chamadas as dívidas de menor peso do Estado) teve a votação postergada para a próxima semana. A proposta deveria ter sido analisada nesta terça-feira, mas divergências na própria base levaram o líder do governo na Assembleia, Alexandre Postal (PMDB), a recuar e a pedir a retirada de quórum para evitar a derrota no plenário.

Governo estadual tenta reduzir teto de dívidas de pequeno valor

A intenção do Palácio Piratini com a proposição é reduzir o limite de pagamento das RPVs para sete salários mínimos (R\$ 5,5 mil) - ou, no máximo, 10 (R\$ 7,8 mil), como querem os deputados aliados. Hoje, o teto é 40 (R\$ 31,5 mil). Se aprovada, a medida contribuirá para amenizar a crise nas finanças estaduais, mas terá um efeito colateral perverso: aumentará a fila já interminável dos precatórios (que são dívidas do Estado com valor superior a 40 salários).

O descompasso na base surgiu a partir do momento em que começaram a ser discutidas

DIÁRIO

DE SANTA MARIA

Diário de Santa Maria

Like Page

273k likes

Be the first of your friends to like this

Siga Diário SM no Twitter

diariosm DiárioSM
Feicad terá programação especial pelos 20 anos de Dilermando de Aguiar
<http://t.co/CO2IzTEGNw>
há 31 minutos

diariosm DiárioSM
Zeca Nogueira expõe obras no Masm
<http://t.co/uggalVPm8>
<http://t.co/ljaWnAKoIH>
há 51 minutos

MAIS SOBRE

- Rio Grande do Sul • votação
- Assembleia Legislativa

15:05 **RPVs**
Assembleia vota nesta terça projeto que aumenta fila de precatórios

17:29 **Aumento da receita**
Governo estadual retifica orçamento e déficit cai para R\$ 4,6 bilhões

18:16 **Votação na Assembleia**
Deputados aprovam plano de metas do governo Sartori até 2019

14:09 **Pacote do Executivo**
Sem consenso sobre RPVs, deputados votam Plano Plurianual

NOTÍCIAS

Assine o RSS

Últimas

19:54 **Viña del Mar**
Conferência no Chile termina com milionários investimentos em

19:52 **Bom momento**
Dourado destaca importância de pausa no Brasileiro: "A partir de

19:49 **Luxemburgo**
UE fecha acordo para reforçar transparência fiscal de multinacionais

emendas ao projeto. O deputado Frederico Antunes, líder da bancada do PP, propôs uma alteração para garantir que o pagamento dos precatórios com preferências não seja alterado com a modificação nas RPVs.

Rosane de Oliveira: orçamento revisado tem déficit de R\$ 4,6 bilhões

Esses precatórios preferenciais pertencem a pessoas de 60 anos ou mais ou com doenças graves, que, por esses motivos, têm direito a receber parte do crédito antes dos demais. A parcela é limitada a até três vezes o valor da RPV.

Isso equivale, hoje, a 120 salários (R\$ 94,5 mil). Se as RPVs forem reduzidas para sete ou 10 salários, o valor pago aos precatoristas com preferência poderá chegar, no máximo, a 21 (R\$16,5 mil) ou a 30 salários (R\$ 23,6 mil), respectivamente.

Por outro lado, o governo alega que, com o valor mais baixo, o número de credores preferenciais pagos será maior. Ao todo, existem 5,9 mil preferências reconhecidas que ainda precisam ser quitadas pelo Estado.

Leia as últimas notícias do dia

Por entender que a mudança é prejudicial aos precatoristas (que receberão menos), Antunes decidiu sugerir que o limite de 120 salários siga valendo, mesmo que o valor das RPVs sofra decréscimo.

Nos bastidores, a decisão não agradou ao PDT. O partido entende que a emenda deveria ser apresentada em nome de toda a base, e não apenas com a assinatura de Antunes, e ameaçou votar contra o projeto — que sofre grande resistência do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do RS (Sinapers) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na avaliação do presidente da OAB-RS, Marcelo Bertoluci, a pressão da entidade contribuiu para o adiamento da votação. Ele acompanhou a sessão junto do secretário-geral da entidade, Ricardo Breier.

— Conversamos com muitos parlamentares e não vamos baixar a guarda. Só vamos nos dar por satisfeitos quando esse projeto for retirado pelo Executivo ou for rejeitado pelo Parlamento — disse Bertoluci.

Embora não tenha reconhecido o embate oficialmente, Postal admitiu a existência de "divergências" na base e preferiu empurrar a discussão para a próxima terça-feira. Ele acredita que o texto será aprovado "sem problemas".

— Na semana que vem o projeto começa a trancar a pauta de votações de qualquer forma (*porque terá o prazo expirado*). Então não faz diferença esperar um pouco mais. O governo tem convicção de que terá a aprovação, porque os deputados compreendem a gravidade da situação financeira. As divergências são naturais — disse.

— A verdade é que o governo ia perder a votação e por isso jogou para a próxima terça. Minha esperança é de que a Assembleia se sensibilize e vote contra — rebateu o deputado Pedro Ruas (PSOL).

Outra emenda, que não chegou a ser apresenada, é alvo de discordância no Piratini. O deputado Jorge Pozzobom, líder da bancada do PSDB, quer que o atual limite das RPVs (de 40 salários) continue valendo para as pessoas que já entraram com ações contra o Estado na Justiça, mesmo que a redução seja aprovada.

O projeto do governo prevê isso apenas para os casos em que as RPVs já foram

19:48

No Instagram
Após troca de farpas entre Grêmio e empresário, Erazo se manifesta: "Acho que não vou mais voltar"

Mais lidas

20:36

Gente
Protagonista de "Verdades Secretas" passa o final de semana em Santa Catarina

07:03

Fast food
Burger King abrirá sua lanchonete no Royal Plaza Shopping em Santa Catarina

projeto do governo provisório para os casos em que as leis já foram constituídas, isto é, já foram reconhecidas na Justiça. A ideia de Pozzobom é considerada "inviável" por Postal, assim como a de Antunes.

Na avaliação de Postal, ambas as emendas "inviabilizariam" o projeto, cujo principal objetivo é reduzir os gastos do Estado para fazer frente ao colapso nas contas.

* Zero Hora



 [Rio Grande do Sul](#) [Assembleia Legislativa](#) [votação](#)

COMENTÁRIOS (0)

 [Comentar esta matéria](#)

Esta matéria ainda não possui comentários

[Comentar esta matéria](#)

SHOPPING

[BUSCAR](#)



Motorola
**NOVO: Moto G 3a
Geração**
a partir de R\$
854,05



Econtinental
**Ar Split Samsung
9000**
a partir de R\$
999,00



Motorola
**NOVO: Moto X
Style**
a partir de R\$
2.374,05



Fast Shop
**Smart TV LG LED
43"**
a partir de R\$
1.785,49

[TVs](#)

[Notebooks](#)

[Celulares](#)

[Eletrodomésticos](#)

[Câmeras Digitais](#)

DIÁRIO
DE SANTA CRUZ

Buscar por

[Buscar](#)

Grupo **RBS**

[Dúvidas Frequentes](#) [Fale Conosco](#) [Anuncie](#) [Trabalhe no Grupo RBS](#) © 2000-2015 clicRBS.com.br Todos os direitos reservados

IVC 
SITE AUDITADO